

Estado assina hoje a rolagem da dívida

Taxa de juros dependerá das garantias oferecidas ao Tesouro

Marcelo Aguiar

• Saiu o acordo para a renegociação da dívida mobiliária do Estado do Rio. O protocolo, que será assinado hoje no Palácio Guanabara, permite a rolagem por 30 anos da totalidade da dívida, avaliada em cerca de R\$ 13 bilhões. O custo da rolagem é variável e dependerá das garantias que o estado oferecer ao Tesouro Nacional, em troca do refinanciamento. De concreto, o contrato estabelece apenas correção monetária anual pelo IGP-DI e taxas de juros de 6% a 7,5% ao ano.

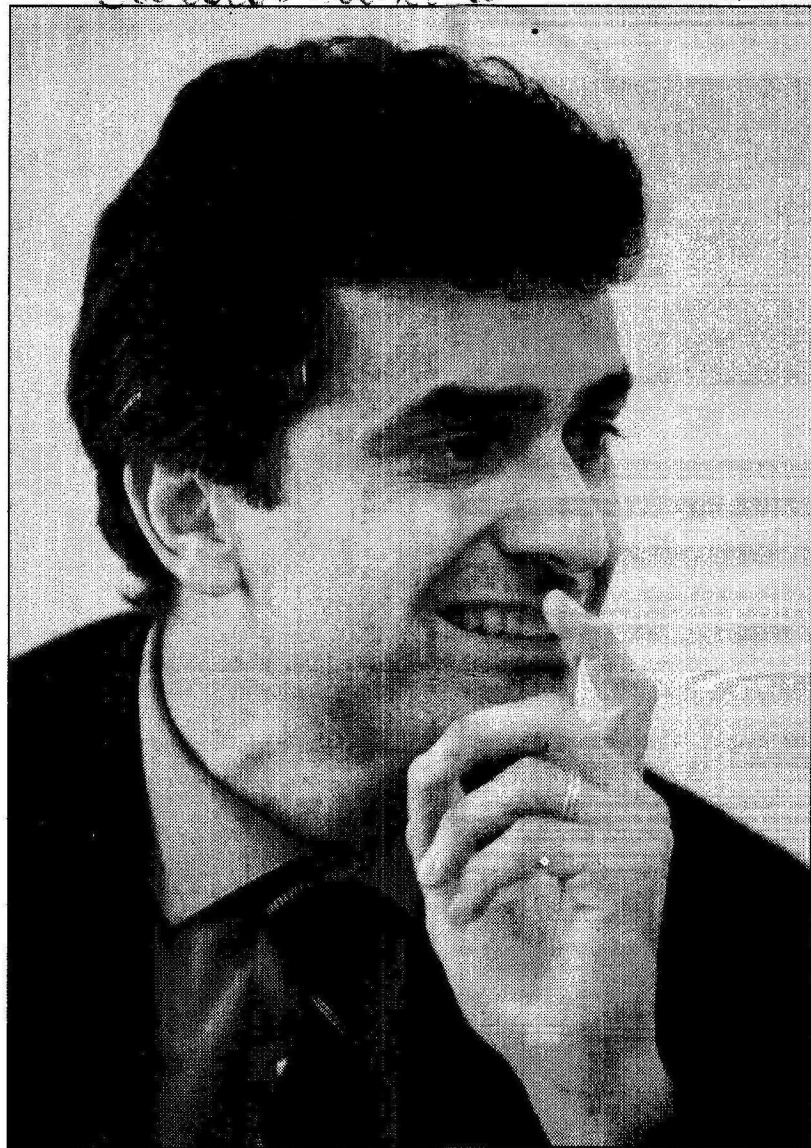
O estado terá que apresentar, no mínimo, garantias equivalentes a 10% do total da dívida negociada. Se ficar apenas na garantia mínima, terá que pagar a taxa mais alta estabelecida no protocolo, de 7,5%. Cada ponto percentual que o estado acrescentar às suas garantias dará direito a um abatimento nos juros de 0,15 ponto percentual.

O abatimento é progressivo até o limite de garantias equivalentes a 20% da dívida. Os juros cobrados neste caso ficarão no patamar mínimo, de 6% ao ano, a mesma taxa estabelecida para todos os estados que já renegociaram seus débitos com a União. Só que todos eles ofereciam a garantia de 20% e, por isso, o Governo federal não aceita oferecer a mesma taxa ao Rio, a menos que o estado apresente todas as garantias exigidas.

Protocolo permitirá financiamento para o Banerj

Estarão no Rio para a assinatura do acordo o ministro da Fazenda, Pedro Malan; o secretário-executivo do ministério, Pedro Parente; o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola; e o presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros. Pelo estado, o protocolo será assinado pelo próprio governador Marcelo Alencar. Todos eles assinarão também um documento anexo ao protocolo principal, que determina a reestruturação do sistema financeiro estadual.

O documento, baseado na Medida Provisória 1.556 (sobre os bancos estaduais), regulamentará a liberação de recursos do Tesouro para a privatização do Ba-



MARCO AURÉLIO: acordo precisa agora da aprovação do Senado e da Alerj

nerj. O dinheiro servirá para financiar a dívida do estado com o banco e para a cobertura dos passivos previdenciários e trabalhistas ainda pendentes. A previsão é de um desembolso total na casa dos R\$ 3 bilhões, para viabilizar a privatização do banco.

Com isso, o estado passa a ser o primeiro a conseguir a liberação de recursos do Tesouro com base na MP dos Bancos Estaduais. Falta ainda decidir as condições desse financiamento, como prazo de pagamento e taxas de juros.

O secretário estadual de Planejamento, Marco Aurélio Alencar, explicou ontem que o estado precisará agora da aprovação do Senado para o protocolo da renegociação da dívida. Paralelamente, para viabilizar a privatização do Banerj, será preciso que a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj)

aprove dois pontos desse acordo: o aumento da dívida do estado, decorrente da liberação dos recursos para a privatização do Banerj; e a criação do novo plano de previdência para os funcionários inativos do banco estadual, que deixarão de receber seus benefícios pela atual caixa de previdência, a Previ-Banerj, que já está em processo de liquidação.

O pedido de aprovação para o acordo da dívida estadual foi enviado ontem mesmo à Assembleia, para não atrasar o processo de privatização do Banerj. Independentemente disso, o Governo do estado já tem um cronograma provisório para a venda do controle do banco. O secretário Marco Aurélio pretende publicar o novo edital até os primeiros dias do próximo mês, para permitir que o leilão seja realizado ainda em fevereiro. ■